

GRANDES OBRAS NA AMAZÔNIA: Aprendizados e Diretrizes

BOLETIM INFORMATIVO 2

Novembro 2015



GT AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

4/Novembro/2015 – Banco Mundial, Brasília

Na semana passada aconteceu a oficina do grupo temático sobre Agendas de Desenvolvimento Territorial. Foram 19 participantes das instituições **Agenda Pública, BNDES, Fundação Bunge, GIFE, Governo do Estado do Pará, GVces, Ibama, International Finance Corporation, IPEA, Instituto Socioambiental, Itaipu, Ministério da Saúde e Universidade Federal do Pará**. Com debate intenso, o GT abordou as necessidades de amplo diálogo, potencialização da capacidade de planejamento, financiamento com governança própria, compartilhamento amplo de informações estratégicas e estabelecimento de prioridades, pelo próprio território, com clara perspectiva de realização, balizada pelo tripé governança, instrumentos de financiamento e monitoramento

GT GRUPOS VULNERÁVEIS E DIREITOS HUMANOS – CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MULHERES

4/Novembro/2015 – Banco Mundial, Brasília

O grupo de 15 representantes da **Childhood Brasil, Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescentes de Altamira, Pará, ECPAT Brasil, Fundação Bunge, FGV Direito SP, GVces, International Finance Corporation, Itaipu, Movimento dos Atingidos por Barragens, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal e Universidade Federal do Pará** discutiu a pertinência da iniciativa, bem como construiu painéis quanto aos impactos identificados no contexto de grandes obras e a tipologia de vulnerabilidades possíveis. A iniciativa foi validada pelos presentes, que entendem que há demandas quanto às especificidades dos territórios amazônicos e carência de debates qualificados com espaço e tempo adequados para proposição e aprimoramento dos processos em curso



AGENDA DE ENCONTROS

SEXTA, 13 DE NOVEMBRO – BANCO MUNDIAL – Sala 119 - BRASÍLIA (9H ÀS 13H)

Reunião da equipe temática – Discussão sobre o andamento dos trabalhos

Os líderes temáticos estarão reunidos em Brasília para discutir o andamento dos trabalhos até o momento e esboço de plano de ação, com recomendações preliminares para o desenvolvimento da iniciativa.

QUARTA, 25 DE NOVEMBRO – FGV, SÃO PAULO (14H ÀS 18H)

Apresentação da iniciativa e andamento dos trabalhos

Ampliando a mobilização dado o interesse de novas instituições, será apresentada a iniciativa e uma atualização dos trabalhos já em curso.

QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO –BELÉM (9H ÀS 12H30)

Apresentação da iniciativa e andamento dos trabalhos

Dando continuidade à mobilização, serão reunidas lideranças da região Norte para que se integrem na construção de diretrizes, incorporando prefeituras, empresários, movimentos sociais e governos estaduais.

DISCUSSÕES – O QUE JÁ ACONTECEU NOS ENCONTROS

GT Agendas de Desenvolvimento Territorial

4/novembro/2015 – Banco Mundial, Brasília

O GT Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT), Governança e Monitoramento, com pauta bastante densa, despertou amplo interesse, com debates intensos. Estabelecer agendas de desenvolvimento territorial pressupõe, na visão dos participantes, capacidade de diálogo e de planejamento, construção e reflexão coletiva para propiciar o estabelecimento de prioridades, a partir do tripé governança (ou espaços de participação e articulação social), mecanismos de financiamento da ADT e instrumentos de monitoramento local. O desenho de uma ADT deve instaurar processos capazes de endereçar demandas às políticas públicas, além de catalizar discussões sobre as prioridades locais. O recorte territorial sobre o qual a ADT se estabelece é variável, devendo dialogar com outros enclaves relevantes e buscar sinergia com iniciativas de planejamento regional.

A governança se estabelece a partir da percepção de que há espaço real de concertação, assim como da capacidade político/administrativa de decisão sobre os temas. Portanto, não é algo que se estabelece apartado do contexto político regional/nacional – é parte dele, representando uma estratégia de negociação, de construção de acordos e pactos federativos. As ADT, no contexto de grandes obras, devem ser capazes de alinhar ações de mitigação e compensação decorrentes do processo de licenciamento, incorporando-as ao planejamento de curto, médio e longo prazos. Não se confundem responsabilidades do empreendedor com as demandas de desenvolvimento territorial, muito embora a participação do ator privado no seu financiamento é desejável, pois reflete em benefícios para o território, assim como no bom desempenho dos negócios. Nesse contexto, os participantes entendem que a preparação de territórios frente à instalação de grandes empreendimentos é algo previsível, planejável e executável. Trata-se, explicitamente, da disposição política em realizá-lo, da organização das competências necessárias para tanto e do imprescindível diálogo com as lideranças e instituições locais, organizando e debatendo sobre o processo de preparação, compartilhando responsabilidades e, especialmente, as informações estratégicas.

Também foram debatidos os aspectos iniciais sobre instrumentos de financiamento de ADT e a constituição de fundos de desenvolvimento local, a serem explorados de forma mais detalhada em GT específico futuro. Entende-se que experiências passadas de financiamento de ADT apontam para a necessidade de governança específica para a gestão de recursos, sendo assim indissociada do espaço político de debates e deliberação sobre a agenda de desenvolvimento. É um instrumento que se presta a colocar parte da agenda territorial em prática, em especial as ações e projetos que não encontram resposta nas políticas públicas. Destaque para as ações e projetos dedicados ao planejamento e desenvolvimento territorial, que também apresentam papel importante em territórios que recebem grandes empreendimentos no que diz respeito à preparação das instituições e a potencialização de oportunidades locais.

DISCUSSÕES – O QUE JÁ ACONTECEU NOS ENCONTROS

GT Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos **Foco em crianças, adolescentes e mulheres** **4/novembro/2015 – Banco Mundial, Brasília**

Foi consenso entre o grupo de que os territórios que recebem grandes obras precisam ser fortalecidos, partindo-se das referências e marcos regulatórios já existentes. É preciso se apegar ao arcabouço legal como ponto de partida, de forma a fortalecer tais conquistas da sociedade. Também se discutiu o conceito de “grupos vulneráveis”, considerando que há grupos que são vulnerabilizados no contexto de grandes obras. A avaliação é que os processos atuais de desenvolvimento territorial no âmbito de grandes empreendimentos apresentam assimetrias, e que há inclusive a necessidade de fortalecer a musculatura municipal para o enfrentamento dos desafios e violações que ocorrem. O tema Crianças, Adolescentes e Mulheres vem sendo também destacado e debatido como um ponto de vulnerabilidade no âmbito das comunidades tradicionais e povos indígenas. Os conceitos de vulnerabilidades e territórios são relacionais e transitórios, e que é preciso cuidado, na construção de diretrizes, na naturalização de determinados fenômenos. Há vazios localizados na implementação das políticas públicas destes temas, e há vazios processuais, tais como as lacunas sobre estes temas nos processos de licenciamento ambiental. É também importante estruturar estratégias de melhoria da qualidade da implementação das políticas e garantias de direitos.

A iniciativa foi valorizada entre os presentes, entendendo que o debate propicia olhares sob diferentes prismas. Como encaminhamentos, foi sugerido um aprofundamento nas questões de responsabilização jurídica de empreendimentos como fator indutor de mudanças, e análises aprofundadas da interdependência entre os diferentes atores incidentes nos territórios impactados por grandes obras. A iniciativa pode e deve trazer as perspectivas do Brasil em suas regiões, quais as violações, definindo recortes e buscando contribuir no detalhe. Não há espaços de diálogo que proporcionem debates de qualidade, com tempo e espaços necessários e adequados, assim, a iniciativa tem um papel formador de construção e troca de conhecimento, e que deve inclusive privilegiar o fortalecimento da sociedade civil. Foi apontada a necessidade de trazer mais representantes de grandes empreendimentos em territórios amazônicos, os movimentos sociais organizados pelos atingidos por grandes empreendimentos, e o setor judiciário em suas várias frentes. Finalmente, ao avaliar se esta iniciativa coincide ou se sobrepõe a esforços recentes já em curso, tais como a Agenda de Convergência conduzida pelo Governo Federal, foi avaliado pela maioria dos presentes que a Amazônia apresenta especificidades, sendo hoje vetor relevante do projeto de desenvolvimento nacional, e que um olhar específico se faz necessário, contribuindo e complementando a discussão mais ampla.

Sobre a iniciativa

DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EMPRESARIAIS EM TERRITÓRIOS PARA A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NA AMAZÔNIA

O objetivo da iniciativa é a construção de amplo espaço de diálogo para a formulação de diretrizes para políticas públicas e práticas empresariais em territórios no contexto da instalação e operação de grandes empreendimentos e/ou cadeias de valor de empresas na Amazônia, por meio de pesquisas temáticas, mobilização de atores sociais e ampla disseminação do conhecimento gerado, a serem idealmente pactuadas e colocadas em prática por diferentes níveis de governo, setor privado e sociedade civil.

A iniciativa é coordenada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a *International Finance Corporation*. O trabalho prevê a composição de grupos de trabalho temáticos – Agendas de Desenvolvimento Territorial, Instrumentos de Financiamento, Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (Foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas), Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas, e Ordenamento Territorial e Biodiversidade –, a produção de documentos de referência com subsídios para as discussões e a realização de oficinas temáticas, com representantes da sociedade civil, do governo em suas diferentes esferas e do setor empresarial e financeiro, visando a discussão e o aprimoramento dos documentos e o desenho de encaminhamentos. O acumulado desses aprendizados será debatido em seminários regionais e integrados em seminário único, formatando diretrizes para ampla discussão e disseminação. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das políticas públicas, bem como das práticas empresariais, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Maiores informações:

Daniela Gomes Pinto – GVces – daniela.gomes@fgv.br

Laura Oller – IFC – laura.oller@ifc.org

Jessica Chryssafidis – GVces – jessica.chryssafidis@fgv.br

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Mario Monzoni - GVces

Hector Gomez - IFC

Coordenação Executiva

Laura Oller - IFC

Daniela Gomes Pinto – GVces

Coordenação Temática

Livia Pagotto - GVces

Marcos Dal Fabbro – GVces

Daniela Gomes Pinto - GVces

Líderes Temáticos

Flávia Scabin (GV Direito), Assis Oliveira (UFPA), Isabelle Vidal, Cassio Ingles de Sousa, Sergio Andrade e Bruno Gomes (Agenda Pública) e Paulo Moutinho (IPAM)

Secretaria Executiva

Jessica Chryssafidis - GVces